

Problemática da sua definição e adaptação aos principais elementos da teoria do risco”, e verifiquei que a sua apresentação motivou interesse em largas dezenas de participantes. Resumida em pouco mais de vinte minutos, esta comunicação, como todas as outras, pode ser lida no livro em dois volumes que as veio a juntar ainda em tempo útil. C. Guedes Soares tinha iniciado o Encontro com uma comunicação introdutória, “Metodologia para a análise e gestão de riscos”; a sua formação de engenheiro permitiu-lhe uma precisão matemática que o naturalista, às vezes, tem dificuldade em seguir, mas, no essencial, deu as linhas que facilmente se compreendem e aprofundam no estudo dos riscos naturais.

O livro em causa, a que não poderemos, propriamente, chamar um livro de Actas, na medida em que foi publicado em simultâneo com o Encontro, teve como título *Análise e Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*. Assinaram como editores C. Guedes Soares, A. P. Teixeira e P. Antão. Está organizado

em dois volumes – o primeiro com 591 páginas, o segundo com 631. Trata-se de uma edição conjunta do Instituto Superior Técnico e das Edições Salamandra, datada de Lisboa, 2005.

As comunicações estão separadas por grupos, que correspondem às secções do Encontro. No primeiro volume, encontramos “Gestão de Riscos” (9 comunicações, entre elas a de C. Guedes Soares – p. 19-31), “Gestão de Riscos e os Seguros” (4), “Análise de Riscos” (7), “Riscos Naturais e Ambientais” (4, entre as quais a nossa – p. 301-315), “Gestão de Emergências” (4), “Segurança contra Incêndios e Explosões” (4), “Segurança Industrial e Fiabilidade” (3) e “Segurança Industrial e Protecção” (4). No segundo volume, encontramos “Gestão de Segurança” (8), “Cultura de Segurança” (6), “Segurança Operacional” (9), “Fiabilidade e Disponibilidade” (9), “Fiabilidade Estrutural” (4) e “Fiabilidade e Gestão da Manutenção” (8). Constam, portanto, 83 comunicações.

Artigos e documentos sobre riscos naturais publicados em *L'Information Géographique* (2004)

Fernando Rebelo

No seu primeiro número de 2004, para iniciar o volume 68, *L'information géographique*, a conhecida revista francesa de Geografia publicada pelas Edições Armand Colin, de Paris, trouxe a lume quatro artigos propriamente ditos e dois artigos-documento de grande interesse.

Jean-Pierre Vigneau, Professor da Universidade de Paris 10 (Nanterre), debruçou-se sobre riscos climáticos (“*Sur les risques d'origine climatique*”, p. 3-13). Salientando que, entre as manifestações de riscos naturais, as que resultam de fenómenos climáticos se posicionam em primeiro lugar em número de perdas humanas, divide bem a sua exposição naquilo que é a parte da natureza (“as violências climáticas”) e naquilo que é a parte dos homens (“a tomada do risco”, as vulnerabilidades).

Nesta última, destaca as desigualdades entre países e o crescimento das vulnerabilidades. Por isso, na senda de muitos outros geógrafos, também não considera importante desenvolver a temática da “mudança global” ou como, estamos sempre a ouvir dizer, das “alterações climáticas”, que poderão acontecer e acarretar riscos a um termo mais ou menos longo. Trata-se de um tema que não lhe parece desinteressante, que não é negligenciável, mas que é “inactual”.

A título de exemplo (e sem referir os números oficiais do agravamento da mortalidade), o Autor aborda o caso da “canícula” que se verificou em França no Verão de 2003. Quem acompanhou os noticiários e as declarações das entidades responsáveis pôde concluir que o número de idosos abandonados à sua sorte em quartos e mansardas dos bairros antigos de muitas cidades ou, mesmo, pouco acompanhados em casas de repouso era elevado e correspondia a uma vulnerabilidade social que, por virtude de uma organização familiar diferente, nem sequer existiria 60 anos antes quando uma “canícula” semelhante se abatera sobre a Europa do Sul. Houve, na altura, em Paris, quem comparasse a desorganização familiar em França com a tradicional organização familiar em Portugal e afirmasse que em França a vulnerabilidade dos idosos era muito maior. J.-P. Vigneau não aprofunda o tema, mas apresenta um quadro em que resume o modo como o assunto foi tratado num jornal francês de grande expansão, o “*Le Monde*”.

“*Le risque hydrologique*” é título do artigo assinado por Alain Giret, Professor na Universidade de Paris 13 (p. 14-26). Antes de mais, o Autor diz o que pensa sobre “aléa” ou “hazard”, ficando claro que se trata de processo natural e que está antes da noção de risco

– “só há risco se o homem está implicado” (p. 15), afirma depois de referir as grandes cheias do Yukon e do Lena que, por se verificarem em áreas desertas, não passam de “aléas”. Pena é que em vez de escrever “grandes cheias”, escreva “cheias catastróficas”... Catástrofe tem a ver com a presença do homem e é geralmente considerada como um dos graus em que se pode manifestar um risco, ou seja, um dos graus que pode atingir uma crise.

A. Giret começa por analisar os conceitos de cheia e de estiagem. Trata, em seguida, a problemática das cheias e das inundações, separando a definição dos engenheiros da definição dos geógrafos. Os primeiros baseando-se na estatística, procuram a cheia decenal, a cheia centenária ou, mesmo, a cheia milenária. Os segundos pensando nos processos e fazendo “a distinção entre o seu espaço geográfico, a sua origem meteorológica e a noção de escala” (p. 17), falam de cheias em planícies aluviais, de cheias torrenciais, de inundações por escorrência em meio urbano ou de cheias por subida de águas de mantos freáticos, entre outras. Ao mesmo tempo, apresenta um quadro síntese com casos franceses verificados entre 1651 e 1992. Só depois introduz a presença do homem que apresenta como vítima, umas vezes jogando um papel estático perante o processo natural, outras vezes sendo ele próprio “actor” do “aléa”, isto é, sendo o responsável pela cheia e consequente inundações.

Secas e estiagens vêm igualmente definidas por critérios estatísticos e apresentadas de forma descritiva e com variados exemplos históricos. Também aqui, o homem pode ser responsabilizado por verdadeiros desastres ecológicos. O caso do Mar Aral aparece como paradigmático – ao desviar cursos de rios para fins industriais, o homem esteve na origem da sua seca.

Hervé Regnaud, Laurent Hubert-Moy e Jonathan Musereau, da Universidade de Rennes 2, assinam o artigo “Risque littoral, évolution climatique et naturalité du dommage” (p. 40-56). Diga-se, desde já, que os Autores consideram que “os riscos ligados à água do mar estão entre os mais mortíferos no mundo” (p. 40). Apresentam números de diversas catástrofes relacionadas com temporais e com tsunamis, mas consideram que a finalidade do artigo é “fazer o ponto sobre a noção de risco litoral sob o ângulo da previsão/simulação a médio e a longo prazo. Como se preparar (cientificamente) hoje para acontecimentos que se produzirão daqui a 30, 40 ou 100 anos” (p. 41).

Escrito antes do “tsunami do Índico” de 26 de Dezembro de 2004, este artigo dá uma enorme importância a uma das suas consequências. Pode ler-se: “Uma parte dos sedimentos das praias portuguesas vem do tsunami ligado ao sismo de 1755. Uma parte

do material das praias da Escócia vem do tsunami de 50(?) séculos B.P.” (p. 44). Apesar da longa bibliografia junta, não nos apercebemos donde vêm estas certezas... Mas as várias referências a placas, zonas de subducção, sismos e vulcões na Nova Zelândia para explicar tsunamis que limpam os fundos atirando materiais detriticos para as costas estão bem fundamentadas. O mesmo para as mudanças de níveis marinhos ao longo da história geológica recente do Oceano Pacífico – “O nível marinho baixou na ordem de um metro em algumas dezenas de anos, entre 1250 e 1350 (datas calibradas)... As lagunas perderam volume (de água) e foram menos capazes de evacuar a sedimentação terrígena” (p. 47).

Para além destes casos concretos e aparentemente opostos nas suas consequências, os Autores, através de exemplos franceses actuais, falam dos comportamentos diferentes da erosão litoral com marés altas e com marés baixas, com vento forte do mar e com vento forte do interior. Em resumo, o que os Autores aconselham é colocar questões de pormenor, bem geográficas – como espacializar o impactados processos litorais ou “como prever a intensidade e o momento em que esta intensidade é importante” (p. 54), etc. Na verdade, ao ler este artigo, o geógrafo, habituado a calcorrear praias actuais e arribas, plataformas litorais e praias levantadas, com o mapa 1:25000 na mão, mas também habituado a informar-se sobre factos históricos que o ajudam a compreender a evolução das formas litorais, tem muita dificuldade em aceitar simulações generalizantes, feitas a escalas gerais sem qualquer atenção à realidade geomorfológica.

Este número de *L'Information Géographique* traz ainda dois trabalhos de G. Hugonnie, um artigo intitulado “Les facteurs d’instabilité des versants en Sicile” (p. 27-39) e um artigo-documento intitulado “Risques et catastrophes dans les pays riverains de la Méditerranée” (p. 57-62), onde o nosso país também é incluído. O outro artigo-documento é assinado por Olivier Cantat (“Les inondations d’origine climatique et hydrogéologique”).

Há, ainda, um pequeno resumo de uma tese de doutoramento apresentada à Universidade de Orléans, em 2002 – Moïse Tsayem Demaze, “La déforestation en milieu tropical amazonien (Guyane française et Brésil): caractérisation et suivi par télédétection” – e duas recensões críticas – “La Géographie et ses dictionnaires”, por Jacqueline Bonnamour, e “À propos du dictionnaire d’Yves Lacoste”, por Pierre Gentelle. As últimas páginas da revista intitulam-se “La Géographie sur Internet” e dão várias pistas sobre “sites” com interesse geográfico, vários deles exactamente sobre riscos.